

EXTRATO

O Conselho Superior do Ministério Público, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao artigo 2º, da Resolução nº 173/2017-CNMP, torna público as decisões proferidas pelo Conselho Superior na Sessão Ordinária do dia **18 de dezembro 2017**, às **09 horas**, a saber:

a) CORREGEDORIA:

1. Proc. nº 655/2017

Interessado: Luis Carlos Corrêa Duarte
Assunto: Manifestação sobre relatoria de correição
Período: maio de 2016 a novembro de 2016
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

2. Proc. nº 9282/2017 – Portaria Reservada nº 20/2017 – CGMP, de 07/08/2017 - 2 v

Interessado: Corregedoria
Assunto: Relatório Conclusivo de Sindicância
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

3. Proc. nº 12107AD/2017 – Portaria Reservada nº 03/2017 – CGMP, de 18/01/2017

Interessado: Corregedoria
Assunto: Relatório Conclusivo de Sindicância
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Relatórios de Acompanhamento de Estágio (Corregedoria):

4. Proc. nº 15400/2017

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público
Interessado(a): Hortência Fernandes Cavalcanti
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior

5. Proc. nº 15402/2017

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público
Interessado(a): Guilherme Gouvêa Fajardo
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior

6. Proc. nº 15419/2017

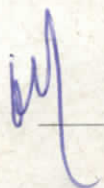
Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público
Interessado(a): Felipe Boghossian Soares da Rocha
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior

7. Proc. nº 15421/2017

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público
Interessado(a): Luciano Henrique Sousa Benigno
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior

Remoção por antiguidade entrância final:

- 8. Proc. nº 16737/2017 - 2ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena de São Luís.** Critério: Antiguidade. Edital nº 14/2017.
Não há candidato inscrito.
Decisão: Adiado



9. **Proc. nº 16738/2017** - 6ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena de São Luís. Critério: Antiguidade. Edital nº 15/2017.
Não há candidato inscrito.
Decisão: Adiado
10. **Proc. nº 16739/2017** - 5ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São Luís. (1º Promotor da Fazenda Pública). Critério: Antiguidade. Edital nº 16/2017.

Nº	PROMOTORES DE JUSTIÇA INSCRITOS	POSIÇÃO
1	José Lucíolo Gorayeb Santos	21º
2	Danilo José de Castro Ferreira	27º
3	Adélia Maria Souza Rodrigues Moraes	39º
4	Carlos Henrique Rodrigues Vieira	59º
5	Luiz Muniz Rocha Filho	62º
6	Washington Luiz Maciel Cantanhede	69º
7	Márcia Haydée Porto de Carvalho	76º
8	Christiane de Maria Ericeira Silva	80º
9	Alineide Martins Rabelo Costa	81º
10	Rosanna Conceição Gonçalves	82º
11	Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues	85º
12	Antonio Augusto Nepomuceno Lopes	89º
13	Lana Cristina Barros Pessoa	98º

Decisão: Julgamento suspenso.

11. **Proc. nº 16740/2017** - 30ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de São Luís. (3º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa) Critério: Antiguidade. Edital nº 17/2017.

Nº	PROMOTORES DE JUSTIÇA INSCRITOS	POSIÇÃO
1	Danilo José de Castro Ferreira	27º
2	Adélia Maria Souza Rodrigues Moraes	39º
3	Luiz Muniz Rocha Filho	62º
4	Washington Luiz Maciel Cantanhede	69º
5	Márcia Haydée Porto de Carvalho	76º
6	Christiane de Maria Ericeira Silva	80º
7	Alineide Martins Rabelo Costa	81º
8	Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues	85º
9	Antonio Augusto Nepomuceno Lopes	89º
10	Lana Cristina Barros Pessoa	98º

11	Cassius Guimarães Chai	103º
----	------------------------	------

Decisão: Julgamento suspenso.

- 12. Proc. nº 16741/2017** - 15ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de São Luís. (2º Promotor de Justiça da Defesa da Pessoa com Deficiência). Critério: Antiguidade. Edital nº 18/2017.


Nº	PROMOTORES DE JUSTIÇA INSCRITOS	POSIÇÃO
1	Luiz Carlos Correa Duarte	14º
2	José Lucíolo Gorayeb Santos	21º
3	Ana Teresa Silva de Freitas	23º
4	Adélia Maria Souza Rodrigues Morais	39º
5	Luiz Muniz Rocha Filho	62º
6	Christiane de Maria Ericeira Silva	80º
7	Alineide Martins Rabelo Costa	81º
8	Antonio Augusto Nepomuceno Lopes	89º
9	Norimar Gomes do Nascimento Campos	100º

Decisão: Julgamento suspenso.

- 13. Proc. nº 16742/2017** - 17ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de São Luís. (2º Promotor de Justiça do Idoso). Critério: Antiguidade. Edital nº 19/2017.

Nº	PROMOTORES DE JUSTIÇA INSCRITOS	POSIÇÃO
1	Luiz Carlos Correa Duarte	14º
2	Adélia Maria Souza Rodrigues Morais	39º
3	Luiz Muniz Rocha Filho	62º
4	Esdras Liberalino Soares Júnior	74º
5	Márcia Haydée Porto de Carvalho	76º
6	Christiane de Maria Ericeira Silva	80º
7	Alineide Martins Rabelo Costa	81º
8	Antonio Augusto Nepomuceno Lopes	89º
9	Carlos César Silva Lindoso	95º
10	Lana Cristina Barros Pessoa	98º
11	Norimar Gomes Nascimento Campos	100º
12	Gilberto Câmara França Júnior	102º

Decisão: Julgamento suspenso.



b) PROCESSOS PARA JULGAMENTO

CONSELHEIRO Luiz Gonzaga Martins Coelho

1. Proc. nº 025101-500/2017

Origem: PJ de São João dos Patos

Interessado(a): Renato Ighor Vitorino Aragão

Objeto: Recusa de eutanásia pela proprietária de cães com leishmaniose visceral canina

Assunto: Arquivamento do IC nº 41/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 41/2017 SIMP nº 025101-500/2017. Instauração após o encaminhamento do Ofício nº 127/2016, da Divisão da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São João dos Patos, contendo informação de que 02 (dois) cachorros de propriedade da Sra. Ana Cristina Nascimento Rocha foram diagnosticados com a doença Leishmaniose Visceral Canina e a senhora não entregou os animais para serem sacrificados. Notificação para comparecimento. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento.

2. Proc. nº 021044-500/2017

Origem: PJ de Lago da Pedra

Interessado(a): Lays Gabriella Pedrosa Souza

Objeto: Fornecimento de diárias de alimentação para pacientes oriundos do município em situação de tratamento fora do domicílio

Assunto: Arquivamento do PP nº 002/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento Preparatório nº 002/2016 e Registro no SIMP nº 021044-500/2017. Instauração tendo como objetivo garantir o fornecimento de diárias de alimentação para pacientes oriundos do município de Lagoa Grande do Maranhão e em situação de Tratamento Fora do Domicílio (TFD). Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Manifestação da Representante Ministerial. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento.

3. Proc. nº 023835-500/2017 – 2 V

Origem: PJ de São Luís Gonzaga

Interessado(a): Cristiane dos Santos Donatini

Objeto: Apurar a acumulação indevida de cargos públicos por parte de servidoras no âmbito do município de São Luís Gonzaga

Assunto: Arquivamento do IC nº 05/2014

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 05/2014 SIMP nº 023835-500/2017. Instauração a partir de representação formulada por Wilson Ferreira Leite visando apurar a acumulação indevida de cargos praticados por servidores do município de São Luís Gonzaga do Maranhão. Solicitação de informações encaminhadas por Ofício. Resposta em atendimento às demandas da Representante Ministerial através de documentos. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento.

4. Proc. nº 025151-500/2017 – 2 v

Origem: PJ de São Luís Gonzaga

Interessado(a): Cristiane dos Santos Donatini



Objeto: Apurar a falta de repasse ao INSS de valores recolhidos nos contracheques dos vereadores da Câmara Municipal de São Luís Gonzaga

Assunto: Arquivamento do IC nº 05/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 05/2017 SIMP nº 025151-500/2017. Remessa pela Procuradoria da República no Município de Bacabal, a partir de declínio de atribuição. Instauração a partir de representação formulada por Eleonilson Nascimento Gomes, Vereador do Município de São Luís Gonzaga do Maranhão, noticiando a suposta ausência de repasse das contribuições previdenciárias dos servidores e vereadores da Câmara Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Notificação para comparecimento. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento.

5. Proc. nº 000241-265/2016

Origem: 1ª PJ de Zé Doca

Interessado(a): Fábio Santos de Oliveira

Objeto: Apurar licitações da Prefeitura Municipal para contratação de Escritório de Advocacia

Assunto: Arquivamento do PP nº 008/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento Preparatório nº 008/2016 e Registro no SIMP nº 000241-265/2016. Instauração como Notícia de Fato nº 002/2015, posteriormente convertida em Procedimento Preparatório nº 008/2015, após receber documentos encaminhados pela Assessoria da Procuradoria-Geral de Justiça contendo representação encaminhada por Turna & Moraes Advogados Associados Sociedade Simples, noticiando que diversos municípios do estado do Maranhão deflagraram procedimentos licitatórios para a contratação de serviços advocatícios, tendo severas dificuldades para ter acesso aos atos convocatórios por diversos motivos. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento.

6. Proc. nº 001286-253/2017

Origem: 6ª PJE de Imperatriz

Interessado(a): Albert Lages Mendes

Objeto: Apurar representação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores em estabelecimento de ensino em Davinópolis – SINTEED contra o atual gestor

Assunto: Arquivamento do IC nº 004/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 04/2017 SIMP nº 001286-253/2017. Representação formulada pelo Sindicato dos trabalhadores em Estabelecimento de Ensino de Divinópolis – SINTEED, denunciando que o município de Divinópolis estaria deixando de repassar ao Banco do Brasil os valores descontados nos contracheques dos servidores, referentes aos empréstimos consignados contratados. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento.

7. Proc. nº 000515-013/2017

Origem: PJ de Riachão

Interessado(a): Adoniran Souza Guimarães

Objeto: Necessidade de fiscalizar/apurar possível irregularidades na ausência de fornecimento adequado de energia elétrica para os alunos do Centro de Ensino Luso Rocha

Assunto: Arquivamento do IC nº 003/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 03/2016 SIMP nº 000515-013/2017. Originado por meio de ofício do Centro de Ensino Luso Rocha relatando diversas dificuldades decorrentes da oscilação de energia elétrica, fato que perturbava o desenvolvimento das aulas na unidade de ensino. Solicitação de informações via Ofício. Informações prestadas pelo órgão demandado ratificando ter efetuado as obras de manutenção e melhoria do sistema. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

8. Proc. nº 028488-500/2017 – 3 v

Origem: PJ de Pastos Bons

Interessado(a): Leonardo Soares Bezerra

Objeto: Apurar contratação sem concurso por parte da Prefeitura, da Câmara e Serviços Autônomo de Água e Esgoto de Pastos Bons

Assunto: Arquivamento do IC nº 09/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 09/2016 - SIMP nº 028488-500/2017. Instauração após o encaminhamento da Representação, da Câmara Municipal de Pastos Bons, noticiando acerca de contratação de diversos servidores públicos sem concurso público ou qualquer outro processo de seleção. Recomendação expedida. Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o MPMA e o Município de Pastos Bons - MA. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004 - CSMP

9. Proc. nº 002293-267/2017 – 6 v

Origem: 4ª PJ de Santa Inês

Interessado(a): Sandro Carvalho Lobato de Carvalho

Objeto: Averiguar supostas irregularidades na reforma da Escola Municipal Eliezer Moreira no Município de Bela Vista do Maranhão

Assunto: Arquivamento do PA nº 004/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento Administrativo nº 004/2017 – SIMP nº 002293-267/2017. Instaurado através da Portaria nº 05/2017-4ªPJSI, a qual converteu a Notícia de Fato nº 74/2015 com vista a apurar eventuais irregularidades em obra referente a reforma da Escola Municipal Eliezer Moreira, no município de Bela Vista do Maranhão, com recursos decorrentes do FUNDEB. Declínio de Atribuição. Competência do Ministério Público Federal. Parecer para apreciação do CSMP. Homologação do Declínio de Atribuição. Encaminhamento ao órgão responsável pela fiscalização. Enunciados nº 18/2016 e 13/2016 – CSMP.

10. Proc. nº 019622-500/2014

Origem: 31ª PJE na Defesa do Patrimônio Público e da Proibição Administrativa

Interessado(a): Sidneya M. M. Nazareth Liberato - (respondendo)

Objeto: Apurar a responsabilidade pela conservação e sinalização em determinados trechos da Av. Carlos Cunha

Assunto: Arquivamento do IC nº 025/2014

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 0025/2014 SIMP nº 019622-500/2014. Originado por meio da Portaria nº 001/2014 visando apurar fatos reiteradamente veiculados na imprensa local, relacionados a constantes assaltos praticados contra condutores de veículos automotores em três trechos da Av. Carlos Cunha (proximidades da CAEMA Jaracaty e cabeceira da ponte), em razão das péssimas condições da pista de rolamento. Solicitação de informações via Ofício. Informações prestadas pelo órgão demandado atestando já ter recuperado o referido trecho, conforme Parecer Técnico. Promoção de

Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

11. Proc. nº 027928-500/2017

Origem: PJ de Barreirinha

Interessado(a): Guilherme Goulart Soares

Objeto: Fiscalização do cumprimento de diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue

Assunto: Arquivamento do IC nº 18/2011

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 18/2011 SIMP nº 027928-500/2017. Inaugurado pela Portaria nº 02/2014, por conversão do Procedimento Preparatório originário nº 18/2011-GPGJ que resolveu: "RECOMENDAR aos Promotores de Justiça que atuam na Defesa da Saúde que instaurem, imediatamente, Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento, pelo Estado e pelos Municípios, das Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, observando-se, ainda, as orientações encerradas na Nota Técnica nº 001/2011, da Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão. Expedição de Ofícios requisitórios por Promotores de Justiça que responderam pela Comarca de Barreirinhas. Informações prestadas pelos órgãos demandados, apresentando Termo de Compromisso e os Planos de Contingência para situações de Epidemia da Dengue. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

12. Proc. nº 025982-500/2017

Origem: PJ de São Luís Gonzaga

Interessado(a): Cristiane dos Santos Donatini

Objeto: Apurar as razões da má qualidade dos serviços da telefonia e internet prestados pela empresa OI BRASIL TELECOM S/A, bem como a violação dos direitos dos consumidores desta cidade

Assunto: Arquivamento do IC nº 04/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 04/2016 SIMP nº 025982-500/2017. Instaurado através da Portaria nº 04/2016 - PJSLG, a qual converteu a Notícia de Fato nº 05/2016 com vista a apurar as razões da má qualidade de serviços de telefonia prestados pela empresa OI Brasil Telecom S/A, bem como eventuais violações aos direitos dos consumidores. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

13. Proc. nº 002716-253/2015

Origem: 3ª PJE de Imperatriz

Interessado(a): Jadilson Cirqueira de Sousa

Objeto: Investigar represamento de água pluviais em ruas do condomínio Mediterrané com risco de alagamento de casas

Assunto: Arquivamento do IC nº 002/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 002/2017 SIMP nº 002716-253/2015. Originado por meio da Portaria nº 002/2017 visando apurar fatos veiculados na Representação formulada por populares alegando que a Construtora Aracati Construções, responsável pela construção do Condomínio Mediterrané, não realizou Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV e, em decorrência dessa omissão, estava havendo represamento das águas pluviais nas Ruas Brasil e Y com risco de alagamento das casas circunvizinhas. Solicitação de informações via Ofício. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

14. Proc. nº 029992-500/2017

Origem: PJ de São João dos Patos

Interessado(a): Renato Ighor Vitorino Aragão

Objeto: Apurar negligência da Secretaria de Assistência Social do município em relação a vulnerável

Assunto: Arquivamento do IC nº 15/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 15/2017 SIMP nº 029992-500/2017. Instaurado por meio da Portaria nº 18/2017 - PJSJP, após o encaminhamento do Relatório de Acompanhamento Psicossocial, oriundo do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, realizado com o Sr. José Alves Moreira, relatando que este vivia em situação de extrema vulnerabilidade e precariedade, uma vez que residia ao lado do lixão do município de São João dos Patos. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Vistorias realizadas no local. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

15. Proc. nº 000042-020/2016

Origem: PJ de São Bernardo

Interessado(a): Raphael Bruno Aragão Pereira de Oliveira

Objeto: Apurar a regularidade (ou não) do pagamento do adicional de 1/3 sobre férias dos conselheiros tutelares

Assunto: Arquivamento do IC nº 012/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 012/2016 SIMP nº 000042-020/2016. Instaurado por meio da Portaria nº 012/2016 - PJSB, a qual converteu a Notícia de Fato nº 048/2016 com vista a apurar falta de pagamento do adicional de 1/3 sobre as férias aos membros do Conselho Tutelar do município de São Bernardo/MA. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

16. Proc. nº 009038-500/2016

Origem: 5ª PJE de Educação

Interessado(a): Maria Luciane Lisboa Belo

Objeto: Versa acerca de prejuízos à vida educacional de aluna com necessidade específica, em fase de constantes ausência de professor intérprete de Libras em sala de aula e inexistência de professor substituto

Assunto: Arquivamento do IC nº 001/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 001/2017 – 2ª PJEDE SIMP nº 009038-500/2016. Instaurado face a Representação formulada pela Sra. Marlan Kaliny Almeida Gomes, aduzindo sobre os prejuízos à vida educacional da aluna Mayra Karinne Almeida Gomes, com necessidades educacionais específicas, em razão de constantes ausências do Professor Intérprete de Libras em sala de aula e inexistência de professor substituto. Expedição de Ofícios requisitórios e designação de audiência. Informações prestadas pela instituição demandada. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

17. Proc. nº 019722-500/2014

Origem: 31ª PJE na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

Interessado(a): Sidney M. M. Nazareth Liberato (respondendo)

Objeto: Tem por objetivo a verificação de eventual irregularidade no contrato nº 187/2009-ASSEJUR/SEAPS entre a Secretaria Estadual da Gestão e Previdência - SEGEP e a Empresa MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S/A

Assunto: Arquivamento do IC nº 017/2014

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 017/2014 SIMP nº 019722-500/2014. Originado por meio do Ofício nº 101/2010-GP/SGM da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, que tem por objeto a verificação de eventual irregularidade no Contrato nº 187/2009-ASSEJUR/SEAPS, particularmente no aspecto licitatório, celebrado entre o Estado do Maranhão através da Secretaria Estadual da Gestão e Previdência – SEGEP (antiga SEAPS) e a empresa MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S/A para o fim de prestação de serviços de emissão de apólice de seguro de vida, em grupo e acidentes pessoais, para servidores públicos estaduais ativos e inativos, no valor total de R\$1.608.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil reais). Solicitação de informações via Ofício. Informações prestadas pelo órgão demandado. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

18. Proc. nº 021568-500/2016

Origem: 30ª PJE na Defesa do Patrimônio Público e da Proibidade Administrativa

Interessado(a): Moema Figueiredo Viana Pereira

Objeto: Apurar irregularidade na prestação de contas do hospital maternidade Marly Sarney, relativa exercício de 2010

Assunto: Arquivamento do IC nº 06/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 06/2017 SIMP nº 021568-500/2016. Instaurado por meio da Portaria nº10/2017 – 30ªProAd, a qual converteu a Notícia de Fato nº 46/2016 com vista a apurar suposta irregularidade na Prestação de Contas do Hospital Maternidade Marly Sarney, sob a responsabilidade do Sr. Luiz Carlos Muniz Cantanhede, Frederico Vítório Lopes Barroso e Anaximiano de Carvalho Souza, em razão das contas terem sido julgadas irregulares, com aplicação de multa, conforme Acordão PL-TCE nº 189/2016. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

19. Proc. nº 023791-500/2017

Origem: PJ de Humberto de Campos

Interessado(a): Maria do Nascimento Carvalho Serra Lima

Objeto: Apurar suspeitas de irregularidade na construção de escola infantil

Assunto: Arquivamento do IC nº 006/2011

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 006/2011 SIMP nº 023791-500/2017. Instaurado por meio da Portaria nº 27, visando apurar supostas irregularidades administrativas e ambientais na construção da Escola Infantil, no município de Humberto de Campos/MA, obra essa de responsabilidade da empresa F.M.F Construções e Empreendimentos Ltda. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Promoção de arquivamento e pedido de homologação pela Promotora de Justiça ante a ocorrência da prescrição quinquenal. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MPF

20. Proc. nº 024098-500/2017

Origem: PJ de Paulo Ramos

Interessado(a): Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho

Objeto: Apurar e acompanhar a regularidade da carga horária trabalhada pelos profissionais médicos e odontólogos das equipes de Saúde da Família/Saúde Bucal de Paulo Ramos

Assunto: IC nº 17/2016 – Declínio ao MPF

Decisão: Declínio de atribuição referendado pelo Conselho Superior.

Ementa: Inquérito Civil nº 17/2016 SIMP 024098-500/2017. Instauração a partir de peça investigativa extraída dos autos da Notícia de Fato nº 16/2015, com vistas a apurar e acompanhar a regularidade da carga horária trabalhada pelos profissionais médicos e odontólogos das equipes de Saúde da Família/Saúde Bucal de Paulo Ramos – Referente ao Relatório preliminar de auditoria nº 12418 (Departamento Nacional de Auditoria do SUS). Descumprimento de carga horária por profissionais da saúde no âmbito de Programa Federal. Declínio de Atribuição. Atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do Declínio de Atribuição. Encaminhamento ao Procurador-Chefe do Ministério Público Federal do Estado do Maranhão.

21. Proc. nº 000425-265/2016

Origem: 1ª PJ de Zé Doca

Interessado(a): Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva

Objeto: Averiguar eventual ocorrência de crime eleitoral consistente na inscrição fraudulenta de eleitores no município de Araguaã no ano de 2015

Assunto: IC nº 001/2016 – Declínio ao MPF

Decisão: Declínio de atribuição referendado pelo Conselho Superior.

Ementa: Inquérito Civil Público nº 001/2016 nº SIMP 000425-265-2016. Instaurado a partir do recebimento de documentos advindos do Cartório Eleitoral da 96ª Zona, informando à Promotoria Eleitoral da 96ª Zona Eleitoral, da Comarca de Zé Doca, acerca do indeferimento de pedidos de transferência eleitoral para o Município de Araguaã e de possível fraude no recebimento do benefício de caça e pesca no mesmo Município. Declínio de Atribuição. Competência do Ministério Público Federal. Parecer para apreciação do CSMP. Homologação do Declínio de Atribuição. Encaminhamento ao órgão responsável pela fiscalização.

22. Proc. nº 001014-012/2017 – 3 v

Origem: PJ de Carolina

Interessado(a): Marco Túlio Rodrigues Lopes

Objeto: Apurar supostas irregularidades na prestação de contas de Escola no município de Carolina acerca de verba recebida do PDDE/FNDE

Assunto: NF nº 001014-012/2017

Decisão: Declínio de atribuição referendado pelo Conselho Superior.

Ementa: Notícia de Fato SIMP nº 001014-012/2017. Instaurada a partir de informação prestada pela Secretaria de Educação do Município de Carolina/MA, relatando supostas irregularidades na prestação de contas da Escola Nova Carolina acerca da verba recebida do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, recurso de origem federal, especificamente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Declínio de Atribuição. Competência do Ministério Público Federal. Parecer para apreciação do CSMP. Homologação do Declínio de Atribuição. Encaminhamento ao órgão responsável pela fiscalização. Enunciados nº 18/2016 e 13/2016 – CSMP.

23. Proc. nº 030776-500/2017

Origem: PJ de Pio XII

Interessado(a): Fábio Murilo da Silva Portela (respondendo)

Objeto: Suposta irregularidades na condução da licitação modalidade pregão presencial nº 025/2017 do FUNDEB

Assunto: NF nº 015/2017

Decisão: Declínio de atribuição referendado pelo Conselho Superior.

M

Ementa: Notícia de Fato nº 015/2017-PJPIOXII SIMP nº 030776-500/2017. Instaurada a partir de representação formulada pela empresa Domenic Rodrigues Alencar – MEI, informando supostas irregularidades na condução da licitação modalidade Pregão Presencial nº 025/2017, realizado pelo município de Pio XII/MA, tendo em vista que a origem dos recursos para cobrir as despesas decorrentes do referido Pregão é de origem federal, especificamente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Declínio de Atribuição. Competência do Ministério Público Federal. Parecer para apreciação do CSMP. Homologação do Declínio de Atribuição. Encaminhamento ao órgão responsável pela fiscalização. Enunciados nº 18/2016 e 13/2016 – CSMP.

CONSELHEIRA: Domingas de Jesus Froz Gomes

24. Proc. nº 16975/2017 (Digidoc)

Origem: 21ª PJ Criminal da Capital x 27ª PJ Criminal da Capital
Interessado(a): Christiane de Maria Ericeira Silva e José Luciolo Gorayeb Santos
Objeto: Remoção voluntária por permuta
Decisão: Retirado de pauta.

CONSELHEIRO Francisco das Chagas Barros de Sousa

25. Processo Administrativo Disciplinar

Portaria Reservada nº 001/2017 – GPGJ
Acusado: Promotor de Justiça Luciano Canavarro Costa
Ref: Relatório de correição ordinária realizada na Promotoria de Justiça de Carutapera, em 13.03.2017
Decisão: Pedido de vista da Dra. Domigas Froz.

CONSELHEIRA: Mariléa Campos dos Santos Costa

26. Proc. nº 035000-500/2017

Origem: PJ de Joselândia
Interessado(a): Tibério Augusto Lima de Melo
Objeto: Apurar as razões da má qualidade no fornecimento de energia elétrica prestada pela CEMAR nos municípios de Joselândia e São José dos Basílios
Assunto: Arquivamento do IC nº 002/2015
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.
Ementa: Inquérito Civil nº 002/2015 SIMP nº 035000-500/2017. Instaurado por meio da Portaria nº 02/2015-PJJS, com vista a apurar as razões da má qualidade no fornecimento de energia elétrica prestada pela Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, nos municípios de Joselândia/MA e São José dos Basílios/MA, visto que tem ocasionado frequentes prejuízos aos consumidores em virtude das constantes interrupções desse serviço. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

27. Proc. nº 000897-507/2016

Origem: 3ª PJ de Paço do Lumiar
Interessado(a): Nadja Velloso Cerqueira
Objeto: Apurar indícios de coleta irregular de resíduos sólidos no Residencial Cordeiro
Assunto: Arquivamento do PP nº 01/2017
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.
Ementa: Procedimento Preparatório nº 01/2017 e Registro no SIMP nº 000897-507/2016. Originado por meio da Portaria nº 001/2017, visando apurar indícios de coleta irregular de resíduos sólidos no Residencial Cordeiro, no município de Paço do

Lumiar/MA. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelo Órgão demandado. Certidão atestando que foi retomada a coleta de lixo de forma regular no bairro em questão. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento.

28. Proc. nº 033422-500/2017

Origem: PJ de Paraibano

Interessado(a): Gustavo Pereira Silva

Objeto: Apurar supostas irregularidades da atividade ceramista de empresas localizada próximo a BR 135 provocando poluição com o transporte da matéria prima

Assunto: Arquivamento do IC nº 03/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 03/2016 SIMP nº 033422- 500/2017. Originado por meio da Portaria nº 01/2017 visando apurar supostas irregularidades da atividade ceramista das empresas Karen Cristina Coelho de Sousa-ME e D.R. dos Passos & Cia Ltda-ME, tendo em vista que a cerâmica localizada próximo à BR 135, município de Paraibano/MA, estava provocando poluições em virtude do transporte da matéria-prima. Solicitação de informações via Ofício. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

29. Proc. nº 035213-500/2017

Origem: PJ de Pastos Bons

Interessado(a): Leonardo Soares Bezerra

Objeto: Apurar a não prestação de contas do convênio nº 204/2013 ASSJUR/SECID firmado entre o Estado do Maranhão e o município de Nova Iorque

Assunto: Arquivamento do IC nº 04/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 04/2016 SIMP nº 035213-500/2017. Instaurado por meio da Portaria nº 04/2016 - PJPB, a qual converteu a Notícia de Fato nº 18/2015 com vista a apurar indícios de má aplicação dos recursos repassados ao município de Nova Iorque em razão do Convênio nº 204/2013 ASSJUR/SECID firmado entre o Estado do Maranhão e o Município de Nova Iorque/MA para calçamento de vias urbanas do referido município. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelo órgão demandado. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

30. Proc. nº 001304-255/2015

Origem: 1ª PJ de Açailândia

Interessado(a): Glauce Mara Lima Malheiros

Objeto: Apurar supostas irregularidades na utilização dos repasses dos convênios do Fundo de Saúde do município de São Francisco do Brejão

Assunto: Arquivamento do IC nº 15/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 15/2015 SIMP nº 001304- 255/2015. Instaurado por meio da Portaria nº 15/2015 – 1ªPJAÇ, a qual converteu o Processo Administrativo nº 21/2012 com vista a apurar supostas irregularidades na utilização dos repasses dos convênios do Fundo de Saúde do Município de São Francisco do Brejão/MA para aquisição de equipamentos hospitalares, reforma de três postos de saúde e do Hospital, bem como aquisição de uma ambulância modelo S10 equipada com UTI. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

31. Proc. nº 001381-252/2014

Origem: 4ª PJ de Timon

Interessado(a): Antonio Borges Nunes Junior

Objeto: Apurar supostas irregularidades na implantação do projeto de Centro de Formação Profissional no município de Timon

Assunto: Arquivamento do IC nº 001381-252/2014

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil SIMP nº 001381-252/2014. Instaurado através da Portaria nº 004/2016, a qual converteu o Procedimento Preparatório com vista a apurar supostas irregularidades na Implantação do "Projeto de Centro de Formação Profissional" no município de Timon, objeto do Convênio nº 112/2010, firmado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDAGRO e o Instituto Terra. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

32. Proc. nº 001100-025/2017 – 2 v

Origem: PJ de Cedral

Interessado(a): Ariano Tércio Silva de Aguiar

Objeto: Apurar ausência de prestação de contas, referente aos anos de 2007 e 2008 na gestão do ex-prefeito municipal

Assunto: Arquivamento do IC nº 01/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 01/2016 SIMP nº 001100-025/2017. instaurado com o objetivo de apurar a responsabilização do ex-gestor do Município de Cedral, o Sr. Gabriel Amorim Cuba, em decorrência da falta de comprovação de prestação de contas, referentes aos anos de 2007 a 2008. Promoção de arquivamento e pedido de homologação pelo Promotor de Justiça ante a ocorrência de prescrição quinquenal, nos termos do art. 23, I, da Lei nº. 8.429/92. Comunicação realizada. Arquivamento. Homologação. Enunciado nº 04/2004.

DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MPF

33. Proc. nº 005295-500/2017

Origem: 30ª PJE na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

Interessado(a): Moema Figueiredo Viana Pereira

Objeto: Apurar suposto desvio de verbas da reforma do estádio Beira Rio situado na comunidade Portelinha – Ana Jansen

Assunto: IC nº 08/2017

Decisão: Declínio de atribuição referendado pelo Conselho Superior.

Ementa: Inquérito Civil nº 08/2017 SIMP nº 005295-500/2017. Apuração de suposto desvio de verbas da reforma do Estádio Beira Rio, assistido pela SEMDELL, noticiado por meio do Ofício nº 88/2017-CTSFC, que relata sobre denúncia registrada com abaixo-assinado da comunidade da Portelinha (Ana Jansen). Declínio de Atribuição. Competência do Ministério Público Federal. Verbas oriundas da União. Parecer para apreciação do CSMP. Homologação do Declínio de Atribuição. Encaminhamento ao órgão responsável pela fiscalização.

CONSELHEIRA: Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf

34. Proc. nº 17183/2017 (Digidoc)

Origem: 23ª PJ Criminal da Capital x 3ª PJ de Substituição Plena

Interessado(a): Luís Carlos Corrêa Duarte e Alineide Martins Rabelo Costa

Objeto: Remoção voluntária por permuta

Decisão: Retirado de pauta.

35. Proc. nº 000421-252/2016

Origem: 5ª PJE de Timon

Interessado(a): Sérgio Ricardo Souza Martins

Objeto: Referente a possível ilegalidade e/ou irregularidade no procedimento licitatório presencial nº 24/2014 para aquisição de material permanente em geral

Assunto: IC nº 23/2016 – o não acolhimento do arquivamento e retorno dos autos a Promotoria de Origem.

Decisão: Arquivamento não homologado.

Ementa: Inquérito civil. Representação formulada para apurar possível ilegalidade e/ou irregularidade em processo licitatório para aquisição de material permanente em geral (pregão presencial nº 25/2014 - registro de preço), realizado pela prefeitura de Timon. Promoção de arquivamento. Existência de indícios de irregularidades no certame, constatadas em parecer nº. 368/2017 da assessoria técnica da PGJ. Não esgotamento do objeto de investigação do inquérito civil. Arquivamento não homologado. Remessa dos autos à promotoria de origem, para prosseguimento das investigações.

36. Proc. nº 012724-500/2015

Origem: PJ de Bequimão

Interessado(a): Renato Madeira Reis

Objeto: Verificar denuncia de irregularidades na prestação de contas apresentada pelo ex presidente da Câmara Municipal de Peri Mirim durante exercício financeiro de 2004

Assunto: Arquivamento do NF nº 061/2012

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Instauração decorrente de ofício encaminhado pelo presidente do TCE/MA noticiando que a prestação de contas anual da Câmara Municipal de Peri Mirim, relativa ao exercício financeiro de 2004, obteve julgamento irregular com aplicação de multa. Promoção de arquivamento. Conversão do julgamento em diligência. Retorno dos autos após o devido cumprimento das diligências requeridas. Da análise dos autos, verificou-se a ocorrência de prescrição quinquenal quanto à propositura de ação de improbidade administrativa, nos termos do art. 23, i, da lei n. 8429/92. Outrossim, o ente público fora comunicado quanto à necessidade de ajuizamento da ação executiva com base no acórdão do TCE/MA. Assim sendo, o parquet adotou as medidas cabíveis ao caso, não subsistindo motivos para o prosseguimento do feito. Voto pela homologação da promoção de arquivamento.

PROCESSOS EXTRA-PAUTA

CONSELHEIRO: Carlos Jorge Avelar Silva

37. Proc. nº 033745-500/2017 – 2 v

Origem: PJ de Arame

Interessado(a): Hélder Ferreira Bezerra

Objeto: Apurar fatos em face da incidência de figuras previstas na Lei nº 8.429/92

Assunto: Arquivamento do IC nº 09/2001

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Apurar fatos em face da incidência de figuras previstas na lei nº 8.429/92. Prescrição tão somente quanto a ação de improbidade administrativa. Homologação de arquivamento. Inteligência do artigo 9º lei 7347/85 c/c art. 23, i, lei 8.429/1992. Conversão do feito em diligência. Apuração de possível dano ao erário

38. Proc. nº 000996-028/2017

Origem: PJ de Montes Altos

Interessado(a): Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis



- Objeto: Apurar a aplicação mínima constitucional dos recursos destinados à Saúde do município de Sítio Novo, bem como a existência de normas municipais sobre lançamento, arrecadação e fiscalização dos impostos municipais
Assunto: Arquivamento do IC nº 004/2015
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.
Ementa: Inquérito civil. Apurar a aplicação mínima constitucional dos recursos destinados à saúde no município de Sítio Novo/MA, bem como a existência de normas municipais sobre lançamento, arrecadação e fiscalização dos impostos municipais. Aplicação de percentual superior ao mínimo constitucional na saúde. Existência de código tributário municipal (Lei municipal 265/2004). Promoção de arquivamento. Homologação, nos termos do e art. 10 § 1º da resolução nº 23/2007 do cnmp.
- 39. Proc. nº 000327-276/2017**
Origem: 2ª PJ de Itapecuru Mirim
Interessado(a): Carla Mendes Pereira Alencar
Objeto: Apurar possível dano ao meio ambiente pela prática de poluição sonora na realização de festas na Associação da Caema no município
Assunto: Arquivamento do IC nº 021/2015
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.
Ementa: Inquérito civil. Apurar possível dano ao meio ambiente pela prática de poluição sonora na realização de festas na associação da CAEMA, no município de Itapecuru Mirim/MA. Suspensa a realização de festas. Perda do objeto. Promoção de arquivamento. Homologação, nos termos do e art. 10 § 1º da resolução nº 23/2007 do CNMP.
- 40. Proc. nº 003545-255/2015**
Origem: 3ª PJ de Açailândia
Interessado(a): Fábio Oliveira Costa
Objeto: Desrespeito a vagas destinadas a pessoas portadores de deficiência e idosas pela prestadora de transporte público do Município de Açailândia/MA.
Assunto: Arquivamento do IC nº 04/2015
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.
Ementa: Inquérito Civil. Gratuidade em transporte coletivo urbano para idosos e pessoas com deficiência. Ausência de previsão legal no âmbito do município de Açailândia. Recomendação do Ministério Público Estadual. Direito regulamentado. Lei Municipal nº 512/2017. Situação sanada. Promoção de arquivamento. 1 – Efetivação do direito à gratuidade no transporte coletivo urbano para idosos e pessoas com deficiência e seu acompanhamento por meio de legislação municipal;
2 - A empresa de transporte coletivo do Município de Açailândia deve conceder passagem gratuita a idosos, pessoas com deficiência e seu acompanhante. Previsão legal: Lei Municipal nº 512/2017 – AÇAI. 3 - Promoção de Arquivamento. Homologação. Inteligência do artigo 9º Lei nº. 7347/85 e artigo 17 dda resolução nº. 02/2004 do CSMP. (CSMP/MA. Inquérito Civil nº 04/2015 – 3ª PJAÇ. Relator: Carlos Jorge Avelar).
- 41. Proc. nº 035061-500/2017 – 1 apenso**
Origem: PJ de Sucupira do Norte
Interessado(a): Thiago de Oliveira Costa Pires
Objeto: Eventuais irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de Sucupira do Norte, consistentes na construção e entrega das casas populares de baixa qualidade, localizadas próximas ao aeroporto, além da possível prestação de serviços por pessoa da família do Prefeito.
Assunto: Arquivamento do IC nº 10/2015
Decisão: Declínio de atribuição referendado pelo Conselho Superior.

Ementa: Inquérito civil. Improbidade administrativa. Malversação de verbas oriundas de programa federal, Minha casa Minha vida. Verba federal. Presente interesse federal. Declínio de atribuição ao Ministério Público Federal. I- o município firmou termo de acordo e compromisso com a companhia hipotecária brasileira, visando a construção de casas populares por meio do programa federal, Minha casa, Minha vida. II- a obra foi fiscalizada e orientada pela Caixa Econômica Federal. III- a irregularidade detectada na doação das referidas casas impossibilita prosseguimento do feito no âmbito do Ministério Público Estadual, em razão da verba federal oriunda das ações relativas ao programa minha casa, minha vida iii- procedência. Atribuição do Ministério Público Federal para investigar e adotar as medidas necessárias em caso de uso indevido da verba federal mencionada. IV - declínio de atribuição ao MPF. Legitimidade ativa do Ministério Público Federal reconhecida. V – homologação do declínio de atribuições. Devolução do feito à promotoria de origem. Aplicação do enunciado nº 17/2006-CSMP. (IC nº 10/2015. Relator: Carlos Jorge Avelar Silva)

RESUMO DA SESSÃO

Processos Apreciados: 54

Arquivamento Homologado: 34

Declínio de atribuição: 06

Pedido de vista: 01

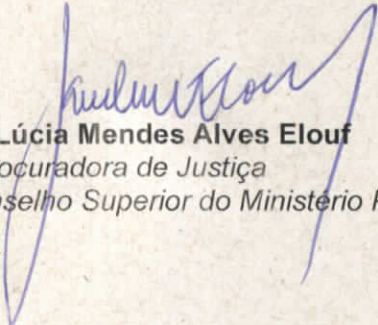
Relatório Estágio Obrigatório: 04

Adiados: 04

Julgamento suspenso: 04

Não homologado: 01

São Luís, 20 de dezembro de 2017.


Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público